



ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO PARÁ E SUAS AÇÕES SUSTENTÁVEIS

ANALYSIS OF THE SUSTAINABILITY REPORTS OF THE ELECTRICITY CONCESSIONAIRE OF THE STATE OF PARÁ AND ITS SUSTAINABLE ACTIONS

RODRIGO FRAGA GARVÃO

Professor assistente da Universidade Federal Rural da Amazônia, doutorando em Desenvolvimento e Agricultura Familiar pela UFPA, mestre em Desenvolvimento e meio ambiente urbano pela UNAMA - Universidade da Amazônia.

CEZAR DOS SANTOS BELO

Graduado em Administração – Universidade Federal Rural da Amazônia

GILVANDRO FIGUEIREDO SOUZA

Mestre em Teoria do Comportamento – Universidade Federal do Pará

SIMONE ANDREA LIMA DO NASCIMENTO BAIÁ

Mestre em Gestão Pública – Universidade Federal do Pará

RESUMO

Devido à escassez dos recursos naturais e preocupação com a sobrevivência das futuras gerações, as questões socioambientais tem sido uma constante preocupação das empresas e permanente exigência da sociedade, governos e consumidores. A presente pesquisa identificou e analisou ações de sustentabilidade que têm sido executadas continuamente pela concessionária de energia elétrica paraense, baseadas em seus relatórios de sustentabilidade. Essa pesquisa utilizou-se de autores como Barbieri (2016), Dias (2017), Maximiano (2012), Elkington (1998), Todeschini e De Mello (2013). O levantamento de dados foi obtido por meio da catalogação e análise dos programas de gestão ambiental presentes nos relatórios dos anos de 2013 a 2020. O procedimento foi delineado em três etapas. Na primeira, foi realizada a coleta de dados a partir dos relatórios de sustentabilidade da concessionária de energia elétrica dos últimos dez anos.





Na segunda, foram listadas as informações e feita uma avaliação de dados dos relatórios de gestão ambiental (2013-2020). Na terceira, foram apresentadas e discutidas cada ação (projetos ou programas) segundo os registros da concessionária nos referidos relatórios. Os resultados obtidos mostraram que 3 programas tiveram maior destaque, seja por sua abrangência ou por sua relevância social. Conclui-se que apesar da organização ter como foco principal o desenvolvimento econômico e financeiro, as ações sustentáveis não deixam de ser implementadas e aprimoradas, apesar da obrigatoriedade legal. E as essas ações realizadas, além de beneficiar milhares de famílias, influencia diretamente nos resultados positivos alcançados pela organização.

Palavras-chave: Relatório de Sustentabilidade; Ações Sustentáveis; Recursos Naturais.

ABSTRACT

Due to the scarcity of natural resources and concern for the survival of future generations, social and environmental issues have been a constant concern of companies and a permanent demand from society, governments and consumers. This research identified and analyzed sustainability actions that have been carried out continuously by the Pará electric power utility, based on its sustainability reports. This research used authors such as Barbieri (2016), Dias (2017), Maximiano (2012), Elkington (1998), Todeschini and De Mello (2013). The data collection was obtained through the cataloging and analysis of environmental management programs present in the reports for the years 2013 to 2020. The procedure was outlined in three stages. In the first one, data was collected from the sustainability reports of the electricity concessionaire for the last ten years. In the second, the information was listed and an assessment of data from the environmental management reports (2013-2020) was carried out. In the third, each action (projects or programs) was presented and discussed according to the concessionaire's records in the aforementioned reports. The results obtained showed that 3 programs had the greatest prominence, either for their scope or for their social relevance. It is concluded that despite the organization's main focus on economic and financial development, sustainable actions are still implemented and improved, despite the legal requirement. And the actions carried out, in addition to benefiting thousands of families, directly influence the positive results achieved by the organization.

Keywords: Sustainability report; Sustainable Actions; Natural resources.

1 INTRODUÇÃO

O mundo passa por um momento de esgotamento das riquezas naturais e essa discussão é uma preocupação cada vez mais recorrente. Nesse contexto, é comum





observar grandes empresas incluindo em seus valores práticas “politicamente corretas” e sustentáveis. Esses novos valores, impostos pelas demandas sociais e pelo mercado, ocupam-se no desenvolvimento de ações que contribuam com a preservação do ambiente e estabelecimento de uma sociedade mais desenvolvida, justa e igualitária.

Um dos principais conceitos que delineiam as práticas de sustentabilidade foi desenvolvido pelo sociólogo e consultor britânico John Elkington, que defende que uma organização financeiramente viável deve ser sustentável e socialmente justa, consagrando a ideia da relação entre Pessoas, Planeta e Lucro, conhecida como tripé da sustentabilidade ou Triple Bottom Line (TBL). Assim, o propósito do TBL seria o de compreender os impactos econômicos, sociais, ambientais e os seus padrões de consumo dos produtos e serviços disponíveis no mercado (ELKINGTON, 1998).

A conferência RIO-92, realizada no Brasil, teve um papel fundamental na conscientização de diversos países sobre a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento capitalista. Por meio dela, foram assinados importantes acordos ambientais que refletem sua influência até a atualidade, dentre eles a Agenda 21, as Convenções do Clima e da Biodiversidade, a Declaração do Rio para o Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Declaração de Princípios para as Florestas (PECCATIELLO, 2011).

Sob a perspectiva das mudanças de configuração no modelo sustentável, a partir da ECO-92, a geração de energia sustentável passou a ser considerada uma pauta importante dessas mudanças, principalmente entre as concessionárias de energia elétrica. Diante desta perspectiva, o Brasil tornou-se referência em produção de energia sustentável, uma vez que possui uma matriz energética constituída de 83% de fontes renováveis, distribuídas em hidrelétrica (63,8%), eólica (9,3%), biomassa e biogás (8,9%) e solar centralizada (1,4%) (GOVERNO DO BRASIL, 2020). Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades – ABIFINA (2013), esse modelo de geração por fontes renováveis, representa em média 13% da energia produzida em países desenvolvidos e 6% nas nações em desenvolvimento. A vantagem brasileira está na abundância de recursos naturais, que lhe permitirá diversificar a matriz de forma sustentável.





A partir desse contexto, o presente estudo levanta a seguinte questão: quais ações de sustentabilidade têm sido executadas continuamente segundo os relatórios de sustentabilidade da concessionária de energia elétrica paraense?

Neste caso, o presente estudo justifica-se por observar a realidade das práticas de sustentabilidade, legais ou espontâneas, previstas nas ações estratégicas da concessionária de energia elétrica operando no Estado do Pará. Esta análise pode possibilitar a visualização da aplicação de práticas contínuas de atividades de responsabilidade social e de práticas sustentáveis. Neste caso, é importante perceber qual a realidade descrita pela empresa nos relatórios em relação ao atendimento das obrigações legais de sustentabilidade e de projetos ou programas que indiquem a sua contribuição social.

A documentação das práticas socioambientais das organizações são formas de demonstrar à sociedade, governo e clientes que a organização além de manter seus objetivos organizacionais perante a seus acionistas, também devolve aos stakeholders externos uma soma contribuições sociais e sustentáveis, sejam aquelas previstas em lei ou aquelas espontaneamente planejadas pela organização. Portanto, a análise das práticas de gestão sustentável, registradas nos relatórios anuais de sustentabilidade, além de promover a publicidade do exercício anual das operações da organização, possibilitam o desenvolvimento socioambiental da região.

A importância de identificar e compreender as ações socioambientais são elementos fundamentais para observar a condução da empresa perante aos seus stakeholders. Além disso, essas ações devem ser conduzidas e implementadas sob a tríade permanente do caráter social, econômico e sustentável, assim como, aumentar o nível de informação, transparência e clareza dos resultados esperados pela organização. Ligteringen (2012), sugere a análise e avaliação de relatórios de sustentabilidade para ampliar a comunicação entre a empresa e os stakeholders, demonstrar compromisso com a sociedade e gerar informações aos agentes de mercado, o desenvolvimento organizacional e o controle do desempenho socioambiental.





Sendo assim, o presente estudo teve como objetivo geral identificar e analisar ações de sustentabilidade que têm sido executadas continuamente pela concessionária de energia elétrica paraense, baseado em seus relatórios de sustentabilidade.

Como objetivos específicos traçou-se (1) identificar as principais ações de sustentabilidade registradas de forma contínuas nos relatórios de sustentabilidade da concessionária, (2) apresentar cada uma das ações de sustentabilidade registradas, em período contínuo, nesses relatórios, (3) apresentar o modo de operação, o público-alvo e os resultados atingidos de cada ação (4) analisar as principais ações de sustentabilidade registradas nesses relatórios de acordo com os pilares da sustentabilidade: ambiental, social e econômico, e (5) Discutir os resultados a partir da relação entre o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE e Triple Bottom Line - TBL.

2 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO ALTERNATIVA ECONÔMICA

O atual modelo de “desenvolvimento econômico” apresenta efeitos adversos, tais como desigualdade social, destruição dos recursos naturais, crescimento demográfico desmedido e sobreposição de culturas. Em contrapartida, surgem avanços tecnológicos, econômicos e demográficos, possibilitando o surgimento de um modelo de desenvolvimento que equilibre os avanços e as consequências. Desta forma, ressalta-se a adoção de um desenvolvimento econômico alternativo, com objetivo de conciliar os valores ambientais e sociais com os valores econômicos (DOS SANTOS, 2011).

O termo desenvolvimento sustentável foi elaborado no final da década de 1980, ganhando força a partir da Conferência Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Após a Rio-92, a sociedade e as empresas passaram a assimilar a necessidade de executar uma nova visão de desenvolvimento econômico, garantindo a produção de bens e serviços, assim como atender às necessidades básicas do ser humano e preservando o meio ambiente (NASCIMENTO, 2012).





Para Albuquerque Neto et al. (2008), o termo Desenvolvimento Sustentável surgiu das muitas reflexões sobre a sociedade e sua possibilidade de colapso, investigadas a partir de estudos científicos e divulgadas nos diversos encontros internacionais na década de 1970. Em 1987, conforme o Relatório de Brundtland ou também chamado de “Nosso Futuro Comum”, o desenvolvimento sustentável refere-se a atender as presentes necessidades sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Está ligado ao crescimento econômico: o capital físico com relações demográficas e desenvolvimento tecnológico das empresas, tanto com respeito à biodiversidade quanto a forma de trabalho ministrados por estas (PEREIRA; CURI, 2012).

Para Dias (2017), o desenvolvimento sustentável apresenta diversas visões, podendo ser a obtenção do crescimento econômico consecutivo, manuseando os recursos naturais de forma mais racional, utilizando tecnologias mais eficientes e com menos poluentes, também podendo ser caracterizado também como projeto social e político designado a erradicar a pobreza, elevando a qualidade de vida e satisfazendo as necessidades básicas humanas, orientando-os para um desenvolvimento harmônico da sociedade e transformação sustentável dos recursos naturais, que por sua vez precisam ser administrados com a maior eficácia possível.

3 O SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

Para Barbieri (2016), as demandas das soluções de problemas ambientais implicam no desenvolvimento de tomadas de decisões viáveis às questões sustentáveis, relativas ao controle da poluição, prevenção da poluição e abordagem estratégica.

Em relação ao controle da poluição, a empresa deve estabelecer práticas administrativas e operacionais com a finalidade de evitar os efeitos da poluição originada por um determinado processo produtivo. Na prevenção da poluição, deve evitar, modificar ou reduzir a geração de poluição, poupando materiais e energia em todo o processo produtivo e comercialização. Sob a perspectiva estratégica, deve obter vantagens





competitivas capazes de proporcionar maior valor econômico e benefícios a seus *stakeholders* (BARBIERI, 2016).

As preocupações ambientais são decorrentes da interação do de três conjuntos de forças interagindo entre si: governo, sociedade e mercado. O resultado dessas interações foi a criação dos órgãos reguladores do setor elétrico brasileiro (Ver Tabela 1). Esses órgãos controlam, fiscalizam regulam as operações, transmissões, distribuições e comercialização de energia elétrica (AZEVEDO; DA CRUZ, 2007).

Tabela 1 - Órgãos norteadores do setor elétrico brasileiro.

Órgão	Sigla	Dispositivo Legal	Objetivo Principal
Agência Nacional de Energia Elétrica	ANEEL	Lei n.º 9.427/96	Regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.
Operador Nacional do Sistema Elétrico	ONS	Lei n.º 9.648/98 e Decreto n.º 2.655/98	Operar o sistema elétrico interligado nacional e administrar a rede básica de transmissão de energia no Brasil.
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	CCEE	Lei nº 10.848/04 e Decreto n.º 5.177/04	Viabilizar a comercialização de energia elétrica no mercado de energia brasileiro.

Fonte: Adaptado de Azevedo e Da Cruz (2007)

É evidente que o acesso à energia elétrica propicia um aumento no bem-estar dos indivíduos, pois possibilitará o funcionamento de inúmeros aparelhos eletroeletrônicos capazes de proporcionar a conservação e preparo de alimentos, a iluminação, refrigeração ou aquecimento de ambientes, o acesso ao lazer, e entretenimentos com o funcionamento de TVs, rádios, smartphones, *Internet*. A energia elétrica também é responsável pelo funcionamento de fábricas, hospitais, centros comerciais, ruas,





avenidas, estradas e todo o complexo formador de uma cidade. Segundo Maximiano (2012), todo processo administrativo deve ser avaliado, assim como, os resultados relacionados à responsabilidade social das organizações. A avaliação de desempenho organizacional por meio de indicadores é uma das maneiras de medir os resultados do planejado e executado pela organização, qualificando e quantificando as ações em relação ao alcance dos objetivos e metas.

4 AS DIMENSÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS E ECONÔMICAS PREVISTAS PELO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE) E TRIPÉ DA SUSTENTABILIDADE (TBL)

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) foi constituído em 2005, pela Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), em conjunto com outras organizações – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Corporação Financeira Internacional (IFC), Instituto ETHOS – sendo o primeiro Índice de Sustentabilidade da América Latina, seguindo uma tendência das principais Bolsas de Valores do mundo, na premissa de que empresas que se preocupam com questões envolvendo a sustentabilidade geram valor ao acionista no longo prazo (TEIXEIRA; NOSSA; FUNCHAL, 2011).

O objetivo do ISE, segundo a BM&FBOVESPA (2018), é refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, assim como atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro.

O ISE foi elaborado à luz do conceito de “Triple Bottom Line” (TBL), que abrange avaliação de elementos ambientais, sociais e econômico-financeiros de maneira integrada. Além de incluir mais três indicadores: governança corporativa, características





gerais e natureza do produto (DIAS, 2013). Considera o desempenho das companhias em sete dimensões, às três que compõem o TBL, ambiental, econômica e social, incorporando também as dimensões: geral, governança corporativa, mudança do clima e natureza do produto (Ver Tabela 2).

Tabela 2 - Dimensões contempladas no ISE

Dimensão	Descrição
Ambiental	Pontua a relação entre o processo produtivo e os danos causados ao meio ambiente.
Econômico-Financeira	Avalia questões relativas à viabilidade dos empreendimentos e geração de resultados financeiros.
Social	Mensura a preocupação da organização com questões relacionadas aos benefícios produzidos para a sociedade e o tratamento justo dos trabalhadores.
Geral	Mede o comprometimento da empresa com relação ao desenvolvimento sustentável e sua transparência na elaboração dos relatórios de sustentabilidade e divulgação dos relatórios.
Governança Corporativa	Avalia o entendimento das organizações sobre o tema.
Mudança do Clima	Avalia as estratégias da organização quanto à gestão de riscos e oportunidades referente a mudanças climáticas.
Natureza do Produto	Observa questões relativas a possíveis danos à saúde dos consumidores e terceiros.

Fonte: Adaptado de Scheuermann (2019)

Para cada uma das descrições das dimensões contempladas no ISE, existe a estruturação dos seus indicadores e, supostamente, o seu método de avaliação. Neste caso, é necessário observar as relações entre as dimensões ambientais, sociais e econômicas. Segundo Slapper e Hall (2011), é importante destacar que não existe um método padrão universal para calcular o TBL, sendo visto como um ponto forte, porque





permite que um usuário adapte a estrutura geral às necessidades de diferentes entidades, sejam empresas ou organizações sem fins lucrativos, diferentes projetos ou políticas de investimento em infraestrutura ou programas educacionais, ou diferentes áreas geográficas. Portanto, tanto uma empresa quanto uma agência governamental local podem avaliar a sustentabilidade ambiental de acordo com a essa proposta.

5 DIMENSÃO AMBIENTAL

Na Dimensão Ambiental identifica-se as interações entre o processo produtivo e os danos causados ao meio ambiente. Além de identificar se a companhia possui uma gestão ambiental estruturada, coerente e alinhada com seus valores e práticas corporativas. Nesta dimensão, os temas que possuem maior enfoque são a gestão ambiental, no cenário das organizações e sua relação com o meio ambiente: gestões energéticas, atmosférica, residual e hídrica. Além disso, possui uma vertente destinada à análise da gestão de saúde e segurança do trabalhador (ISE, 2019), representado por 16 indicadores (Ver Tabela 3).

Tabela 3 - Indicadores ambientais do ISE

Indicadores	Descrição
Compromisso, abrangência e divulgação	A empresa possui uma política corporativa que ampara os seus aspectos ambientais, das quais suas diretrizes são refletidas nos seus processos de planejamento e gestão
Comunicação com partes interessadas	Indica a situação da companhia, havendo uma comunicação com as partes interessadas em relação ao meio ambiente, saúde e segurança no trabalho





Emissões atmosféricas, efluentes líquidos e resíduos	Comprova o atendimento à legislação, que se compreende como: dispositivos constitucionais, leis, decretos, resoluções e normas técnicas aplicáveis, incluindo também o atendimento às exigências técnicas estabelecidas em atos administrativos (licenças ambientais, pareceres técnicos, comunicações formais dos órgãos competentes).
Responsabilidade Ambiental	Verifica se a companhia dispõe em sua estrutura hierárquica, deveres relacionados ao meio ambiente e Saúde e Segurança no Trabalho (SST) na descrição formal dos cargos.
Planejamento	Identifica quais as ações da companhia quanto à avaliação periódica de seus aspectos e impactos ambientais, à avaliação periódica de perigos e riscos para a Saúde e Segurança no Trabalho (SST) e Desempenho Ambiental.
Gerenciamento e monitoramento	Confere se a organização tem mapeado e avaliado seus aspectos e impactos ambientais, riscos ocupacionais, os mecanismos de melhoria de desempenho ambiental na cadeia de suprimento e suas ações quanto ao uso sustentável de seus produtos/serviços.
Certificações	A condição da companhia quanto a certificação ambiental, de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) e de responsabilidade social.
Compromisso global: biodiversidade e serviços ecossistêmicos	Igualar a situação da companhia com relação aos impactos de suas atividades, produtos ou serviços sobre a biodiversidade:
Bem-estar animal	As operações da empresa envolvem o recebimento ou utilização de produtos, insumos ou materiais de origem animal.





Consumo de recursos ambientais – inputs	Certificar-se de que a organização possui padrões de consumo e esteja alinhada ao uso consciente dos recursos naturais em seus processos produtivos.
Aspectos ambientais críticos	Adoção de procedimentos específicos para a gestão de aspectos ambientais que, mesmo não estando contemplados na legislação vigente, representam (ou há evidências científicas de que podem representar) risco à saúde pública ou ao meio ambiente.
Seguro ambiental	Identificar a situação da companhia em relação às coberturas de seguro ambiental contratadas para suas instalações e operações.
Área de preservação permanente e cadastro ambiental rural	Averiguar se a companhia atende os requisitos legais em relação às suas Áreas de Preservação Permanente (APP) em propriedades rurais.
Reserva legal	A condição da companhia em relação à reserva legal em propriedades rurais.
Passivos ambientais	Investiga se a companhia possui passivos ambientais
Requisitos administrativos	A situação da companhia em relação ao licenciamento ambiental de suas instalações e processos, e sua conformidade legal.
Procedimentos administrativos	Apura a situação da companhia quanto a sanções administrativas de natureza ambiental e Termos de Compromisso de Execução Extrajudicial.
Procedimentos judiciais	Verifica a situação da companhia em relação a processos judiciais ambientais.

Fonte: Adaptado de BM&FBOVESPA (2020)





No TBL, a dimensão ambiental prevê que as organizações devem orientar-se pela ecoeficiência de seus processos produtivos, buscando uma produção mais limpa e condições para o desenvolvimento ambiental organizacional, adotando uma postura de responsabilidade ambiental (DIAS, 2017). Para Slapper e Hall (2011), a produção e consumo dos bens e serviços atrelados ao processo de proteção e preservação do meio ambiente e suas variáveis ambientais, devem representar medidas que indiquem as influências potenciais que refletem sobre a viabilidade da utilização dos recursos naturais. Pode incorporar nessas medidas a qualidade do ar e da água, consumo de energia, recursos naturais, sólidos e resíduos tóxicos e uso ou cobertura do solo. Idealmente, ter tendências de longo alcance disponíveis para cada uma das variáveis ajudariam as organizações a identificar os impactos que um projeto ou política teria na área.

O Propósito do ISE sobre a dimensão ambiental é identificar como a companhia trabalha a gestão ambiental de forma estruturada, consistente, coerente com suas características operacionais e alinhada com as melhores práticas corporativas social (ISE, 2019) e o TBL, de acordo com o Global Reporting Initiative – GRI, sinaliza os seguintes indicadores relativos à qualidade do ar e água, energia utilizada e resíduos produzidos (PAULETTE; STENZEL, 2010).

Os indicadores ambientais são ferramentas que auxiliam na gestão das organizações, pois disponibilizam informações sobre os impactos ambientais que os processos produtivos causam em relação ao meio ambiente, tais como a emissão atmosférica, o consumo de água ou materiais como papel e plástico (BERTOLIN, 2020). Assim como os indicadores sociais, que possibilitam um engajamento significativo quanto aos assuntos de interesse social.

6 DIMENSÃO SOCIAL





Visa identificar as medidas executadas pelas empresas em relação a questões como tratamento justo dos trabalhadores e os benefícios produzidos para a sociedade. Assim como, verifica se as companhias têm em seus modelos de negócios a preocupação com questões ambientais e a sua abordagem quanto à sustentabilidade. Nesta dimensão, os temas que possuem maior enfoque são a incorporação de questões sociais nas estratégias empresariais, o engajamento dos gestores quanto a política de incentivo nos modelos de negócios sendo o compromisso, sistemas de incentivo e a cadeia de valor componentes dos modelos de negócio. Além de priorizar a transparência dessas informações, bem como os seus resultados (ISE, 2019). Já no TBL, a dimensão social estabelece que as organizações devem preocupar-se em proporcionar melhores condições de trabalho aos seus colaboradores, buscando contemplar a diversidade social e cultural, assim como favorecer oportunidades a deficientes de maneira geral (DIAS, 2017).

Esta dimensão inclui onze indicadores dos quais para a presente pesquisa evidenciou-se três, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 - Indicadores sociais do ISE.

Indicadores	Descrição
Compromisso com princípios e direitos fundamentais nas relações de trabalho	Avalia o engajamento da companhia no enfrentamento da erradicação do trabalho infantil, do trabalho forçado ou compulsório. Combate à prática de discriminação em todas as suas formas e valorização da diversidade
Relação com a comunidade	As operações da organização implicam em impactos significativos sobre a comunidade local
Compromisso com comunidade	Reconhecer se a companhia possui diretrizes de relacionamento com a comunidade local e seu grau de formalização.





Respeito a privacidade, uso da informação e marketing	A organização possui política corporativa que busca impedir a divulgação não autorizada de informações sobre clientes/consumidores ou outras partes interessadas.
Aplicação dos compromissos com princípios e direitos fundamentais nas relações de trabalho	Apontar as medidas que a organização executa em relação valorização da diversidade, prevenção ao assédio moral e o assédio sexual em todas as suas formas e o cumprimento dos direitos trabalhistas.
Diversidade e equidade	Identificar se a organização possui uma política de equidade e diversidade em sua estrutura hierárquica.
Gestão de fornecedores	Verificar se a organização mantém práticas de gestão de seus fornecedores, identificando e acompanhando as suas ações atendem parâmetros sustentáveis.
Resolução de demandas de clientes e consumidores	A organização possui mecanismos de ouvidoria eficientes atendendo a demanda dos consumidores.
Público interno	Constatar se a organização cumpre os requisitos legais no que tange a seus colaboradores e o cumprimento dos direitos trabalhistas.
Clientes e consumidores	Averiguar se os produtos/serviços ofertados estão atendendo de maneira coerente o público alvo e se a organização possui uma ouvidoria eficiente.
Sociedade	Analisar os cenários jurídicos, quanto a processos relacionados a trabalho forçado ou compulsório, trabalho infantil, assédio moral, sexual e discriminação.

Fonte: Adaptado de BM&FBOVESPA (2020)





O Propósito do ISE sobre a dimensão social é identificar em que medida uma companhia é capaz de manter relacionamentos mutuamente positivos com segmentos da sociedade que podem ser impactados por suas atividades, criando e compartilhando valor (ISE, 2019) e o TBL, de acordo com o Global Reporting Initiative – GRI, sinaliza os seguintes indicadores relativos práticas laborais, impactos na comunidade, direitos humanos e responsabilidade pelo produto (PAULETTE; STENZEL, 2010).

Os indicadores sociais possibilitaram a verificação do engajamento da organização em relação a assuntos como combate à prática de discriminação, impactos significativos sobre a comunidade local, acompanhamento de fornecedores no que tange as práticas de sustentabilidade e a erradicação do trabalho infantil (ISE, 2019). Diferentemente dos indicadores econômicos que tem um foco voltado à viabilidade dos empreendimentos e geração de resultados financeiros.

7 DIMENSÃO ECONÔMICA

Esta dimensão busca avaliar questões relativas à viabilidade dos empreendimentos e geração de resultados financeiros, identificando sua preocupação quanto aos impactos econômicos sobre a sociedade. Nesta dimensão, os temas que possuem maior enfoque são: Gestão de ativos intangíveis, gestão de riscos e oportunidades, publicação de informações a respeito dos aspectos socioambientais nos relatórios, quantificação e incorporação de externalidades no processo de tomada de decisão e agregação de valor compartilhado com a sociedade (ISE, 2019). Já no TBL, a dimensão econômica trata para que os processos produtivos sejam viáveis, considerando os aspectos de rentabilidade financeira (DIAS, 2017).

A dimensão econômica possui nove indicadores dos quais para a presente pesquisa evidenciou-se três, conforme a Tabela 5.





Tabela 5 – Indicadores econômicos.

Indicadores	Descrição
Demonstrações Financeiras	A companhia prepara e publica demonstrações financeiras às partes interessadas
Gestão do Desempenho	Possui gestão de desempenho aliada ao planejamento estratégico
Estratégia de Risco Corporativo	Contém uma Política Corporativa para a gestão de riscos e oportunidades corporativas, abrangendo períodos de curto, médio e longo prazo.
Riscos e Oportunidades Corporativas	Detém processos e procedimentos implementados de gestão de riscos corporativos, que são acompanhados pelo Conselho de Administração.
Crises e Plano de Contingência	Possui plano de contingência, cobertura de seguros emergenciais.
Ativos Intangíveis	Incorporar em seus processos e procedimentos a gestão de ativos intangíveis, além dos registrados na contabilidade oficial.
Lucro Econômico	Realiza a quantificação do lucro econômico ou outras medidas de geração de valor econômico.
Equilíbrio do Crescimento (razão g/g*)	Efetua o cálculo do Equilíbrio do Crescimento e como realiza a divulgação do mesmo.
Histórico	Verificação do histórico de processos administrativos ou judiciais

Fonte: Adaptado de (BM&FBOVESPA, 2020)





O Propósito do ISE sobre a dimensão econômico é identificar em que medida uma companhia considera seus impactos econômico-financeiros diretos e indiretos sobre a sociedade, além do desempenho demonstrado nos relatórios contábeis publicados (ISE, 2019) e o TBL, de acordo com o Global Reporting Initiative – GRI, sinaliza os seguintes indicadores relativos vendas, lucros e retorno sobre o investimento, impostos pagos, fluxos monetários e empregos criados (PAULETTE; STENZEL, 2010).

Os indicadores econômicos demonstraram que a organização possui um processo de planejamento ativo, alinhado com os seus objetivos e valores. Assim como, como avalia questões relativas à viabilidade dos empreendimentos e geração de resultados financeiros. Já a dimensão geral tem um foco voltado para questões sustentáveis mensurando o comprometimento das companhias quanto ao desenvolvimento sustentável e elaboração de relatórios ambientais.

8 DIMENSÃO GERAL

Esta dimensão tem como objetivo verificar o comprometimento da empresa em relação ao desenvolvimento sustentável, assim como sua transparência na elaboração dos relatórios de sustentabilidade e divulgação dos relatórios. Avaliando também, a gestão estratégica da companhia com a sustentabilidade, e sua política de destinação de resíduos operacionais. Além disso, verifica a incorporação da sustentabilidade nos modelos de negócios e seus componentes. Nesta dimensão, os temas que possuem maior destaque são: a incorporação de questões ambientais nas estratégias empresariais, o relacionamento e a transparência das informações quanto aos compromissos e atitudes da organização, bem como aos seus resultados, o engajamento dos gestores em relação à sustentabilidade nos modelos de negócios (ISE, 2019).

Segundo Dias (2017), na dimensão ambiental a empresa deve se guiar pela ecoeficiência de seus processos produtivos, buscando uma produção mais limpa e condições para o desenvolvimento ambiental organizacional, adotando uma postura de





responsabilidade ambiental. Referente à dimensão social, a organização deve preocupar-se em proporcionar melhores condições de trabalho aos seus colaboradores, buscando contemplar a diversidade social e cultural, assim como favorecer oportunidades a deficientes de maneira geral. Por fim, a dimensão econômica trata para que os processos produtivos sejam viáveis, considerando os aspectos de rentabilidade financeira. Ressaltando que para terem resultados eficientes, as dimensões devem interagir de maneira holística (Ver Figura 1)

Figura 1 - O tripé da sustentabilidade



Fonte: GIOVANELLI (2015).

O TBL também pode ser denominado de 3P's (People, Planet and Profit ou Pessoas, Planeta e Lucro), sendo empregado de maneira macro, para um país ou o próprio planeta, assim como microambientes – residências, empresas, vilas, entre outros. São constituídos por três dimensões gerais, People, que se refere ao capital humano de uma organização ou comunidade, Planet, trata-se do capital natural de uma empresa ou





comunidade, e Profit, aborda o lucro, sendo um resultado econômico positivo a uma organização (DIAS, 2017). Paulette e Stenzel (2010) apontam que o TBL é uma ferramenta usada para examinar os efeitos das atividades empresariais na economia, na justiça social e ambiente, além de discutir sobre o Global Reporting Initiative - GRI, considerado um programa internacional que fornece métricas para avaliar as práticas de alinhamento do TBL.

Segundo Ligterings (2012), os relatórios de sustentabilidade consistem em identificar, mensurar e divulgar o desempenho sustentável, publicadas periodicamente. Além de representar interesse público, transparecem de maneira clara e objetiva os impactos críticos de natureza ambiental, social ou econômica. Através disso, permitem que as empresas desenvolvam estratégias de gestão direcionadas para o futuro, tendo como base informações compactas acerca dos impactos positivos e negativos da sustentabilidade, ocasionados pela empresa ou por fatores externos como clima, direitos humanos, entre outros. Melhoria na interação entre os acionistas, auxiliando a identificar riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e mudança de mentalidade, buscando o que faz sentido a empresa inserida em um mundo dinâmico, importando não só o âmbito financeiro, mas como também o econômico, ambiental e social.

9 METODOLOGIA

9.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

O estudo trata-se de uma pesquisa documental, a qual Marconi e Lakatos (2017) evidenciam como uma fonte de coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não. Gil (2017), relata que os documentos de uma pesquisa documental são aqueles que ainda não receberam uma abordagem analítica, ou que podem ser refeitos de acordo com o objeto da pesquisa.





Para a presente pesquisa, descrita sob a abordagem qualitativa, foi realizada uma análise do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade da concessionária de energia elétrica do Estado do Pará. Segundo Bardin (2010), a análise de conteúdo é definida como um conjunto de técnicas de exame das comunicações, baseadas em procedimentos sistemáticos que objetiva a descrição do conteúdo das mensagens. Com o intuito de gerar indicadores (quantitativos ou não), permitindo a intervenção de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

9.2 AMBIENTE DE COLETA DE DADOS

A empresa distribuidora de energia elétrica é autorizada da ANEEL a atuar no território paraense, subdividida em cinco regiões e possui sedes em Belém, Castanhal, Marabá, Santarém e Altamira, atendendo aos 144 municípios do estado.

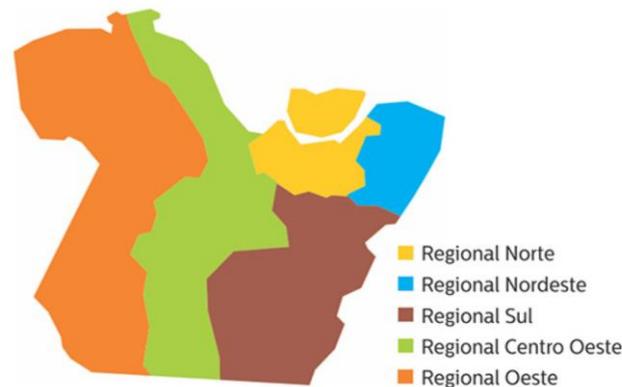
Possui e aplica um modelo de gestão direcionado para aperfeiçoar os processos, melhorar continuamente o fornecimento de energia elétrica e o atendimento aos clientes, sem deixar de valorizar e reconhecer o empenho dos seus colaboradores.

Em 2012, a empresa estava em um processo de negociação, passando a outro grupo de capital aberto sediada em Brasília (DF). Além de atuar no Estado do Pará, o grupo também se faz presente nos estados do Maranhão, Piauí e Alagoas.

O sistema de distribuição é composto por 5 regionais conforme a Figura 2 abaixo, englobando o estado do Pará, que são interligados por mais de 10.000 km de linhas de distribuição.

Figura 2 - As Regionais do Sistema Empresa





Fonte: Equatorial (2019).

Na década de 90, a empresa mais promissora para o interesse privado no Pará era a distribuidora de energia elétrica do Estado. O processo de privatização da empresa iniciou-se com o Decreto no. 1.946/97, de 21 de janeiro de 1997, que a inclui no Programa Estadual de Desestatização – PED, instituído pela Lei Estadual no. 5.979, de 19 de julho de 1996. O processo demonstrava as modalidades da desestatização que incluíam a entrega do controle da empresa à iniciativa privada. Portanto, era a iniciativa de abertura do capital da empresa, antes estatal, cujo valor, representado nas suas ações, era determinado pelo valor do patrimônio vigente (CHAVES; FRAZÃO, 2009).

9.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados a partir dos relatórios anuais de sustentabilidade da organização. Estes começaram a ser publicados em 2011 no site da empresa, sendo disponibilizados anualmente de modo público e acessível. Neles, estão contidas as informações acerca do desempenho econômico, dimensão ambiental, dimensão social e setorial.





9.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

O presente estudo foi configurado em três etapas. Na Etapa I, realizou-se a coleta de dados a partir dos relatórios de sustentabilidade disponíveis da concessionária de energia elétrica. O critério de seleção dos relatórios foi baseado no acesso público na Internet, sendo levados em consideração para a presente pesquisa a sequência da disponibilidade dos documentos para que a análise seja realizada de forma contínua, sem sobreposições de informações de relatórios não publicados. Os tópicos de coleta de dados são os projetos/programas de ações de sustentabilidade que utilizam práticas relacionadas às dimensões econômica, social e ambiental, com a finalidade de diagnosticar quais práticas a organização realiza no que tange a responsabilidade social e sustentabilidade.

Na Etapa II, serão apresentados os resultados das ações (projetos ou programas) executadas de forma contínua no período de investigação proposto na etapa anterior.

Na Etapa III, serão apresentadas e discutidas cada ação (projetos ou programas) segundo os registros da concessionária nos referidos relatórios. Esses resultados serão analisados segundo os pilares da sustentabilidade: ambiental, social e econômico. Também serão apresentados e discutidos como cada ação foi originada, apresentar a legislação envolvida, apontar o público-alvo envolvido, a forma de funcionamento, resultados obtidos durante a execução e a relação das ações à margem do ISE e TBL.

10 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A configuração dos resultados de cada etapa está exposta conforme o quadro 1.





Quadro 1 - Etapas da análise dos resultados

Fontes da Pesquisa (2021).

Etapas	Descrição
Etapa 1	<ul style="list-style-type: none">- Verificação das Diretrizes do ISE e TBL.- Identificação das Dimensões do ISE e TBL.- Criação de indicadores qualitativos de acordo com cada dimensão selecionada.
Etapa 2	<ul style="list-style-type: none">- Elaboração de uma tabela com os projetos/programas de sustentabilidade com execução contínua nos relatórios.
Etapa 3	<ul style="list-style-type: none">- Realização da análise comparativa das diretrizes do ISE e TBL.- Discussão dos resultados da análise comparativa e os indicadores criados.

O resultado da Etapa I foi descrito a partir da relação entre ISE vs. TBL, com a criação de indicadores qualitativos, analisados de acordo com o conteúdo de cada uma das dimensões. É importante lembrar que o ISE apresenta as dimensões Ambiental, Social, Econômica, Geral, Governança Corporativa, Mudança de Clima e Natureza do Produto. O TBL é determinado pelas dimensões Social, Ambiental e Econômica.

Os resultados da Etapa II, serão apresentados em uma tabela que demonstrará o resumo dos projetos/programas que envolvem ações contínuas de sustentabilidade operacionalizadas pela concessionária de energia elétrica. Os resultados da Etapa III, serão discutidos a partir de uma análise comparativa entre as ações estabelecidas nas diretrizes do ISE e práticas estabelecidas pelo TBL, estabelecida pelos indicadores criados na Etapa I.

11 RESULTADOS E DISCUSSÃO





Até a conclusão da presente pesquisa estavam disponíveis para consulta e leitura os relatórios dos anos de 2011 e a sequência dos anos de 2013 a 2020. Para realização do presente estudo e conclusão da análise, foi solicitado à empresa o relatório anual de 2012 devido a indisponibilidade no site e em nenhum outro canal da *Internet*. Como a empresa não respondeu às solicitações até a finalização das análises, foram excluídos da presente pesquisa os anos de 2011 e 2012, visto que, o critério de análise estabelecido para este estudo foi a verificação de projetos ou programas de implementação contínua registrados nos relatórios de sustentabilidade da concessionária.

Supõe-se a indisponibilidade do relatório de 2012, pode ter sido promovida por motivos de expansão do grupo mantenedor, que ampliou as atividades com mais três companhias de distribuição de energia dos estados Maranhão, Piauí e Alagoas (REVISTA EXAME, 2012). Sendo assim, a justificativa da exclusão do referido relatório se faz pertinente pela ausência da disponibilidade do mesmo.

Os relatórios disponíveis são um resumo das ações realizadas pela empresa e que tratam de assuntos de grande abrangência e relevância social, enquadrando-se nas questões ambientais. Portanto, buscou-se analisar as ações de responsabilidade social, econômica e ambiental da empresa, através dos relatórios de sustentabilidade. É importante frisar que esta organização foi escolhida pela relevância dos seus serviços para a sociedade, além de atuar na região a qual a pesquisa foi realizada.

Tendo como base os relatórios de sustentabilidade da organização, observa-se que os relatórios dos anos de 2013 a 2015 apresentam títulos e informações relativos à empresa antes da transição. A partir dos relatórios de 2016 a 2020 houve a união das informações dos dois estados brasileiros: Pará e Maranhão. Neste caso, o relatório passa a apresentar informações das duas unidades, assim como o título dos relatórios passou a ser documentado com a marca do atual grupo gestor, alterando inclusive o padrão de





apresentar as informações de ambas unidades. Todos os relatórios utilizados nesta pesquisa estavam disponíveis no site do grupo até o final desta coleta de dados.

Os principais programas em execução contínua e registrados nos relatórios anuais da concessionária de energia elétrica foram o Programa Tarifa Social, Programa Luz para Todos e Programa de Eficiência Energética (Ver Tabela 6).

Tabela 6 – Programa de ações contínuas em execução dos Anos de 2013 à 2020

Programa	Dimensão	Público Atingido
Programa Tarifa Social	Social	Famílias de Baixa Renda
Programa Luz Para Todos	Social	Famílias de Baixa Renda
Programa de Eficiência Energética	Ambiental	Famílias de Baixa Renda

Fontes da Pesquisa (2021).

Como se pode observar dois dos programas são oriundos da dimensão social e um sob a dimensão ambiental, embora o público alvo seja o mesmo para todos os programas e dimensões.

12 O PROGRAMA TARIFA SOCIAL

Sobre as ações contínuas em execução nos anos de 2013 a 2020, o Programa Tarifa Social está registrado nos relatórios da concessionária, sob o indicador da dimensão social, atendendo as Famílias de Baixa Renda como público-alvo.





O Programa Tarifa Social foi elaborado pelo Governo Federal por meio da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. Portanto, o valor pago pela energia elétrica adquirida na primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, serão rateados com Eletrobrás em seus custos administrativos e financeiros e os encargos tributários, desde que o consumidor beneficiado seja integrante da Subclasse Residencial Baixa Renda, entre todas as classes de consumidores finais atendidas pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional.

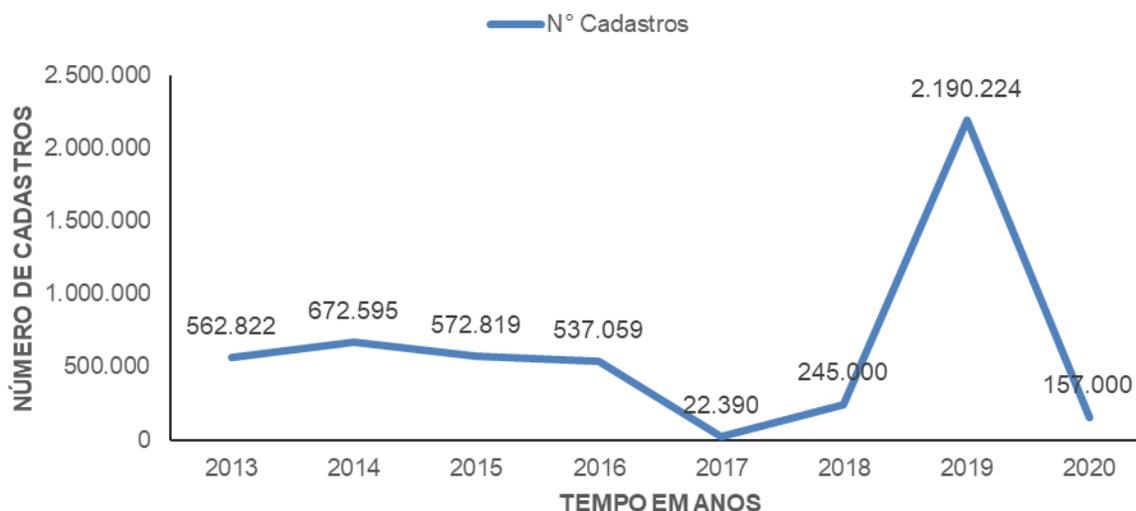
A Tarifa Social é um benefício do governo que fornece descontos na conta de luz para famílias de baixa renda, que estejam no Cadastro Único ou que tenham algum membro beneficiário do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os benefícios variam sobre o total de energia consumida, quanto menor for o consumo, maior é o desconto, sendo estas reduções variantes entre 10% a 65%.

Os resultados das ações do Programa Tarifa Social demonstram que houve continuidade na execução e padronização dos registros entre os anos de 2013 a 2020. Contudo, no relatório de 2019 e 2020, os dados sobre este programa foram apresentados em formato resumido e em padrão diferente dos registros anteriores, dificultando uma análise mais refinada sobre este tópico. Uma possível explicação para a situação, seria o aumento da complexidade da divulgação dos dados, devido a unificação dos dados das unidades pertencentes ao novo grupo gestor. A concessionária tem apresentado números significativos em relação ao programa beneficiando diversas famílias (Ver Gráfico 1).





Gráfico 1 – Número de cadastros realizados no Programa Tarifa Social de 2013 à 2020



Fontes: Elaborado a partir dos demonstrativos dos Relatórios de 2013 a 2020.

Segundo o Anuário Estatístico do Pará (2020) demonstra que a população do estado é de 8.690.745 pessoas, sendo observado os resultados entre os anos de 2013 a 2017 para mais de 2 milhões de cadastros realizados no estado. É importante lembrar que a partir de 2018, o relatório passou a ser avaliado em conjunto com os cadastros do estado do Maranhão, o que gerou um salto de 22.390 para 245.000 cadastros. Em 2018, os resultados atingiram a marca de mais expressiva, em um único ano foram realizados mais de 2 milhões de cadastros, somando desta vez os quatro estados integrantes do grupo: Pará, Maranhão, Piauí e Alagoas. Estes dois últimos passaram a fazer parte do grupo, após leilão realizado em 2018 (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE EQUATORIAL, 2018). No ano de 2020, a empresa simplificou os resultados do relatório e apontou o número de 157 mil novos cadastros. Pode-se observar que o efeito da fusão da concessionária contribuiu com a oscilação dos resultados do programa que foram ampliados a mais beneficiários.

Uma importante medida adotada pela organização atualmente, devido ao período de pandemia do Covid-19, é a realização do cadastro no programa tarifa social via





internet por meio de aplicativo, medida essa, que proporciona uma rapidez e agilidade no processo de concessão do benefício.

O referido programa, tem como objetivo a geração de impactos significativos tanto no campo social quanto no campo econômico do país. Além disso, nota-se a relação do programa com as diretrizes social do ISE, estabelecendo a preocupação das organizações com questões relacionadas aos benefícios produzidos para a sociedade. Observa-se também, a ligação do programa com dimensão social do TBL, evidenciando que as organizações devem desenvolver atividades que contemplem a diversidade social e cultural, estando ligada diretamente ao capital humano.

Sob a perspectiva social, os resultados do Programa Tarifa Social corroboram com os indicadores de Azevedo e Da Cruz (2007) que sinalizam sobre a importância das concessionárias de energia elétrica no contexto social, visto que suas ações podem gerar impactos de diferentes dimensões na sociedade.

13 O PROGRAMA LUZ PARA TODOS

O Programa Luz para Todos foi elaborado pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003. Portanto, as verbas necessárias a manutenção e ao desenvolvimento do programa são oriundas do governo federal a título de subvenção, por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e dos agentes executores, sendo de recursos próprios ou de financiamentos.

O Programa Luz para Todos tem a finalidade de promover o acesso à energia elétrica de famílias residentes em áreas rurais, por meio de extensões de rede, implantação de sistemas isolados e realização de ligações domiciliares. A princípio, estipulou-se o atendimento aos domicílios identificados pelo IBGE até o ano de 2008. Contudo, ao término do período do decreto, os agentes constataram um número maior de famílias não beneficiadas com a energia elétrica. Este cenário, possibilitou a prorrogação do programa até 2022, por meio da publicação dos decretos nº 6.442, de 25/04/2008, nº 7.324, de 05/10/2010, nº 7.520, de 08/07/2011, nº 7.656, de 23/12/2011,

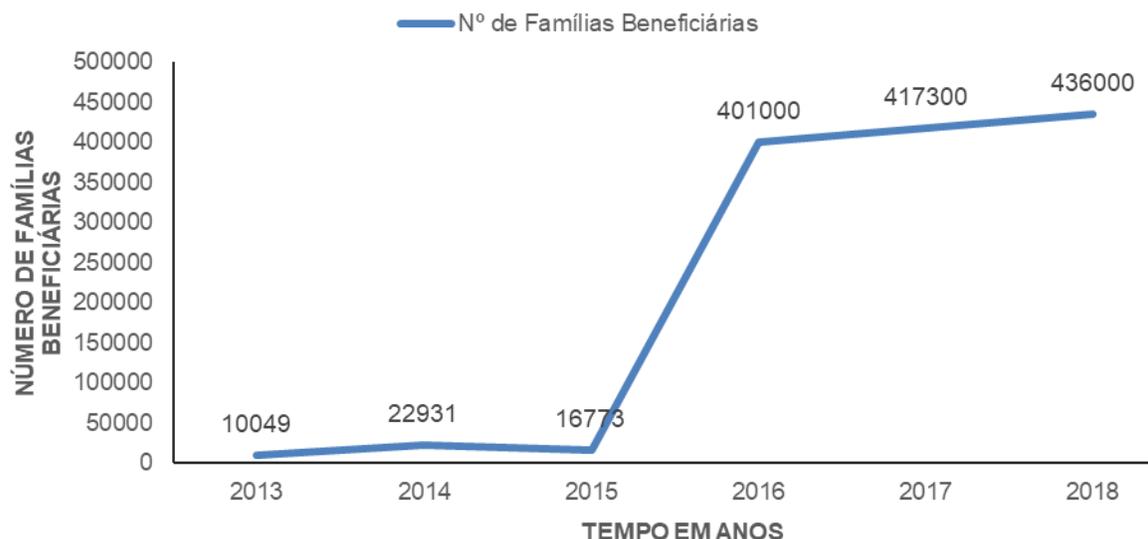




nº 8.387, de 30/12/2014 e nº 9.357 de 27/04/2018, que resultaram as alterações no prazo e em seus objetivos.

Os resultados do Programa Luz Para Todos ilustram que as ações foram executadas de forma contínua e regular nos anos de 2013 a 2018. Entretanto, no relatório de sustentabilidade de 2019 e 2020, os dados deste programa foram suprimidos e não divulgados em ambos os relatórios. Neste caso, foi somente citado a indicação de que o projeto continua em vigor, mas sem informar a integralização de novos cadastros. Uma possível explicação para a situação, seria o aumento da complexidade da divulgação dos dados, devido a unificação dos dados das unidades pertencentes ao novo grupo gestor. Através dos dados extraídos dos relatórios, foi elaborado um gráfico sobre o número de beneficiários do programa (Ver Gráfico 2).

Gráfico 2 – Número de famílias beneficiadas no Programa Luz para Todos de 2013 à 2018



Fontes: Elaborado a partir dos demonstrativos dos Relatórios de 2013 a 2018.

O Gráfico 2 apresenta o total de famílias beneficiadas a cada ano, através dele observou-se a evolução no número de beneficiários, principalmente nos anos de 2016, 2017 e 2018. É importante lembrar que a partir de 2018, o relatório passou a ser avaliado





em conjunto com os registros do estado do Maranhão, o que gerou um aumento de 417.300 para 436.000 famílias beneficiadas.

No quesito social, o programa está presente em 143 municípios do Estado, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas e geração de renda local. No âmbito econômico, são realizados investimentos anuais ao programa, gerando expansão de capacidade e cobertura da rede de distribuição, a fim de proporcionar a melhoria da qualidade da energia fornecida.

A implantação do programa Luz para Todos no estado do Piauí, durante o período de 2013 a 2018, executado pela Equatorial Piauí estipulou a meta de 149.600 novos consumidores no meio rural com acesso à energia elétrica, tendo como parâmetro o levantamento do IBGE por meio do Censo 2000 dos domicílios sem energia elétrica na zona rural do Estado do Piauí. Ressalta-se que o Governo do Estado do Piauí foi responsável pelo atendimento de 10% da meta prevista até o ano de 2008, que corresponde a 14.960 consumidores, números muito baixos em comparações aos outros estados.

Evidencia-se que não foram encontrados os registros sobre o Programa Luz para Todos do período de 2013 a 2018, no estado do Pará. Por esse motivo, destacou-se as informações do Estado do Piauí.

O Programa Luz para Todos, trouxe impactos significativos sobre as famílias beneficiadas, pois é evidente que o acesso à energia elétrica propicia um aumento no bem-estar dos indivíduos, uma vez que possibilita o funcionamento de inúmeros aparelhos eletroeletrônicos, a iluminação, refrigeração ou aquecimento de ambientes, entretenimentos com o funcionamento de TVs, rádios, smartphones, Internet. Além disso, ressalta-se a relação do programa com a dimensão social do ISE, visto que esta estabelece a preocupação das organizações com questões relacionadas aos benefícios produzidos para a sociedade. Nota-se também, a similitude do programa com dimensão social do TBL, evidenciando que as organizações devem desenvolver atividades que contemplem a diversidade social e cultural.





O programa Luz para Todos exerce uma função imprescindível na sociedade, visto os benefícios que a energia elétrica tem no desenvolvimento da sociedade e no processo de inclusão das famílias localizadas em zonas rurais, onde a energia elétrica é inexistente.

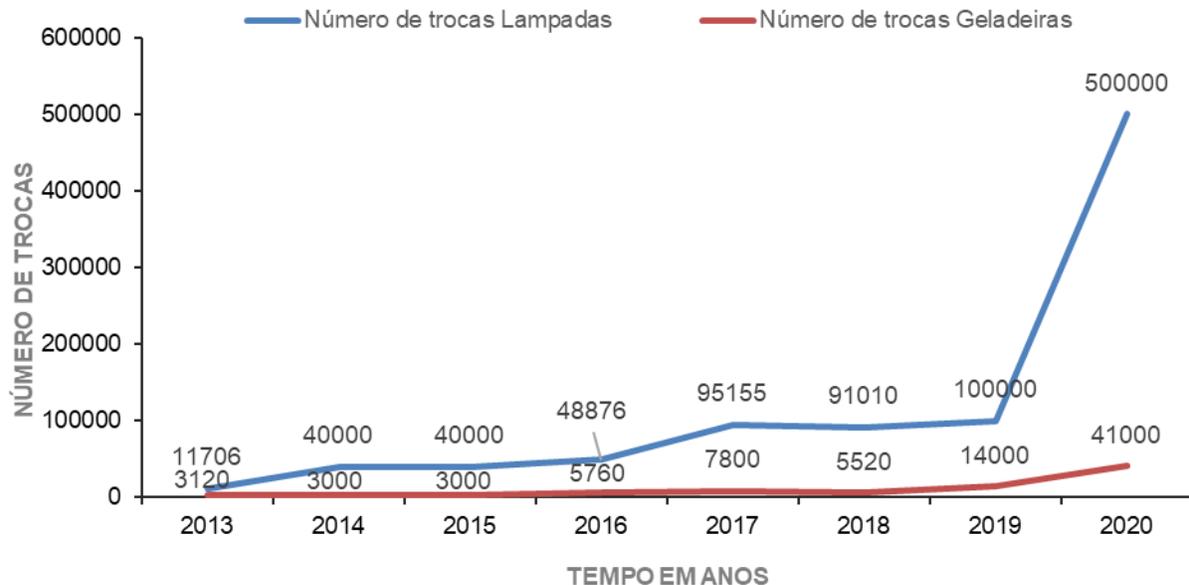
14 O PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O Programa de Eficiência Energética (também denominado como Mutirão Verde) regido pela Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, tem como objetivo proporcionar o uso eficiente de energia elétrica, abrangendo todos os setores da economia através de projetos que exponham a importância e viabilidade econômica de melhoria da eficiência energética de equipamentos, processos e utilização final de energia, assim como também desenvolve novas tecnologias, iniciando hábitos e práticas conscientes em relação ao uso de energia elétrica (ANEEL, 2020). Foi elaborado com o objetivo de contribuir na redução do consumo de energia elétrica da população de baixa renda, assim como visa substituir geladeiras ineficientes por eletrodomésticos novos, troca de lâmpadas incandescentes por fluorescentes. O Gráfico 3 abaixo apresenta o quantitativo de trocas realizadas de geladeiras e lâmpadas.





Gráfico 3 – Número de trocas do Programa de Eficiência Energética de 2013 à 2020.



Fontes: Elaborado dos Relatórios de 2013 a 2020.

Com base na análise dos dados sobre o programa, é possível observar variações nas trocas de geladeiras e lâmpadas no decorrer dos anos analisados. O ano de 2020 possui o maior número de trocas de geladeiras (41.000 unidades) nos anos de 2014 e 2015 apresentaram menores números de trocas (3.000 unidades). No que diz respeito à troca de lâmpadas, o ano de 2020 obteve maior índice (500.000 unidades), enquanto que o ano de 2013 possui menor índice (11.706 unidades). Levando em consideração que os dados dos anos de 2019 e 2020 foram avaliados em conjunto com as trocas dos quatro estados integrantes do grupo: Pará, Maranhão, Piauí e Alagoas.

Neste programa, pode-se citar os projetos em execução o Bônus Eficiente, que otimiza o consumo de energia e disseminação de equipamentos eficientes, o E+ Reciclagem, que oferece a troca de resíduos, papéis, plásticos, metal e vidro, por bônus na conta de energia. Elevando a quantidade de material reciclado, principalmente dos resíduos sólidos, promovendo a diminuição deste tipo de material no meio ambiente.





Através de parceria com a concessionária, o governo do Pará realizou em 2020 a entrega de 120 geladeiras no bairro da Cabanagem (Belém), com o intuito de mudanças tanto em eletrodoméstico quanto a redução no consumo de energia elétrica (TERRITÓRIOS PELA PAZ, 2020).

Os resultados do Programa de Eficiência Energética evidenciaram que as ações foram executadas entre os anos de 2013 a 2020, de forma contínua e regular, estando em conformidade com o objetivo de contribuir com a redução do consumo de energia elétrica da população de baixa renda. Ressalta-se que além da troca dos equipamentos, a organização busca orientar a população sobre o uso racional e seguro da energia elétrica.

O referido programa, nos relatórios anuais, foi apresentado na dimensão ambiental e, portanto, o foco no relacionamento e comunicação com *stakeholders* e meio ambiente segue o princípio do indicador ambiental do ISE vs. TBL. No que tange o foco ambiental, a empresa tem executado ações que promovam a conscientização da população quanto a redução do consumo dos recursos não renováveis, o uso racional dos renováveis e a preservação do meio ambiente.

Sob a perspectiva ambiental, os resultados do Programa de Eficiência Energética corroboram com as premissas de Rico (2004) que dispõe sobre a conscientização das empresas quanto a preservação dos recursos naturais e a redução das desigualdades sociais e econômicas.

15 A INFLUÊNCIA DOS PROGRAMAS NO RESULTADO ECONÔMICO DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA

A implementação dos programas de gestão sustentáveis, além contribuir com o dever social e legal, também tem a função de promover as ações socioambientais da organização, contribuindo com a visibilidade e maximização dos resultados. Uma das



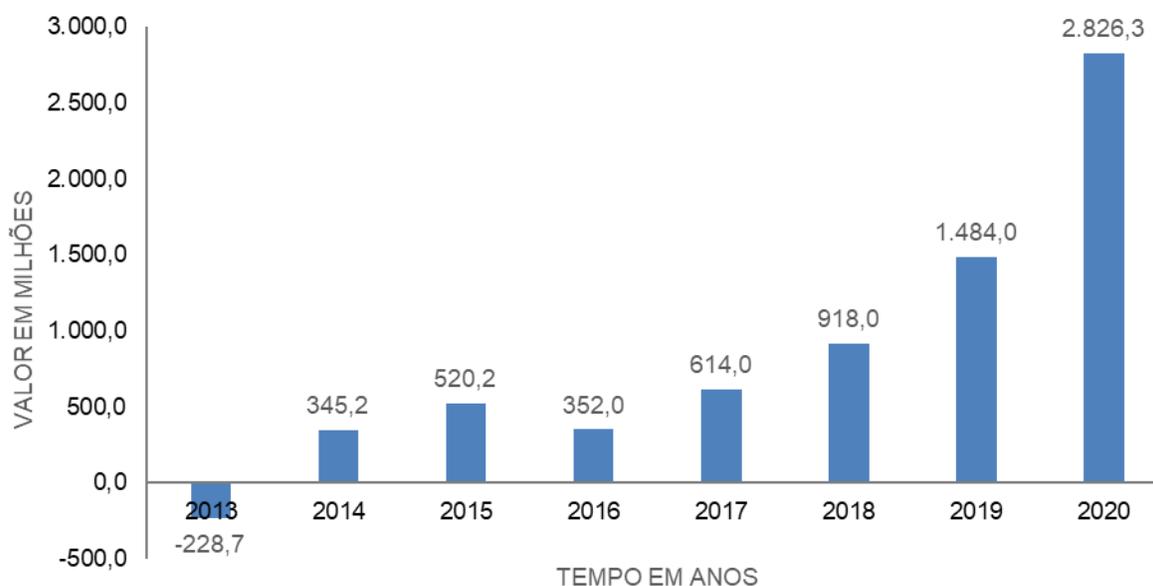


ferramentas utilizadas para se mensurar os resultados econômicos gerados pelas organizações são os indicadores.

Os indicadores econômicos exercem uma função importante no âmbito das organizações, são direcionados a avaliar questões relativas à viabilidade dos empreendimentos e geração de resultados financeiros.

Por meio deles, constatou-se que a concessionária apresentou um desempenho positivo durante o período analisado e suas ações sustentáveis maximizaram o resultado da companhia. Ressalta-se que o desempenho apresentado é o registrado após a fusão da organização e os dados estão exposto de forma global (Ver Gráfico 4).

Gráfico 4 – Lucro Líquido da Concessionária de Energia



Fontes: Elaborado dos Relatórios de 2013 a 2020.

No âmbito econômico, esses projetos/programas além de contribuir com a visibilidade de responsabilidade social e sustentável da organização, têm gerado resultados positivos na lucratividade da empresa, sendo no ano de 2013, o início do período analisado, a empresa apresentou um prejuízo de 228,7 milhões de reais, porém nos anos subsequentes os resultados foram positivos, em 2014 obteve um lucro de 345,2





milhões, e nos exercícios posteriores 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, seguiram respectivamente a tendência positivas nos resultados, 520,2 milhões, 352 milhões, 614 milhões, 918 milhões, 1,48 Bilhões e 2,82 Bilhões. Destaca-se que os resultados de 2018, foram apresentados em conjunto com estado do Maranhão e nos anos posteriores, 2019 e 2020, foram avaliados de maneira conjunta, com informações dos quatro estados integrantes do grupo: Pará, Maranhão, Piauí e Alagoas. Além disso, ressalta-se que as informações apresentadas correspondem ao grupo de forma geral e ocorreram após a fusão das empresas, constatando que o processo de fusão gerou resultados positivos.

Observa-se também, oscilações durante os períodos analisados, em 2013 houve uma queda de 228,7 milhões de reais, e uma oscilação considerável nos resultados da organização durante o período entre 2014 a 2016. Em 2015 o lucro obtido foi de 50,7%, quando comparado com o ano de 2014. Em relação a 2016 a margem de lucro permaneceu, contudo, foi de 32,3% a menos em relação ao ano anterior. Os lucros obtidos em 2017 a 2020, apresentaram a maior variação, sendo um aumento de 360,3% quando comparados.

Em comparação com o estudo de Bassetto (2010) realizou-se a identificação e análise das ações sustentáveis executadas pela Companhia Paranaense de Energia (COPEL), que segundo o estudo foi a empresa pioneira do setor de energia elétrica a adotar práticas sustentáveis, apurou-se que em ambos os casos as organizações reconhecem a importância da adoção de práticas que promovam o bem-estar de seus funcionários e da comunidade em que estão inseridas, como forma de otimizar os resultados econômicos. No entanto, nota-se que a COPEL se encontra em um estágio bem avançado, diferente da empresa estudada, que ainda está em um processo de consolidação de tais práticas.

16 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados, no presente estudo, destacam os diversos esforços da organização em inserir-se como empresa de responsabilidade socioambiental,





adotando uma cultura de resultados e estreitando sua relação com a comunidade, através dos programas/projetos que beneficiam milhares de famílias. Os principais programas executados pela organização, Programa Tarifa Social e Programa Luz para Todos, apresentam caráter de execução legalmente imposto pelo governo federal, sendo obrigatório à todas as concessionárias do setor elétrico o seu cumprimento. No entanto, a organização executa o Programa de Eficiência Energética com caráter espontâneo de execução.

Os relatórios de sustentabilidade utilizados como objeto de estudo indicam que a concessionária de energia elétrica desenvolveu durante no período de 2013 a 2020 uma série de ações de cunho ambiental, econômico e social. Os programas que apresentaram uma continuidade de análise foram Programa Tarifa Social, Programa Luz para Todos e Programa de Eficiência Energética, ressaltando que estes têm objetivos que priorizam os impactos positivos no meio ambiente e sociedade.

Destaca-se que os objetivos propostos pela presente pesquisa foram alcançados e discutidos, embora as dificuldades dos padrões dos relatórios dificultam a análise. Portanto, sugere-se que estes relatórios busquem a maior padronização possível para que se compreenda a evolução de todos os processos legais ou espontâneos realizados pelo grupo empresarial.

É evidente que as ações sustentáveis executadas pela organização impactaram nos resultados da companhia, em 2020 a companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 2,82 Bilhões, além das parcerias com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e outras instituições sociais do Pará, que beneficiaram cerca de 500 mil pessoas (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE EQUATORIAL, 2019). Sendo assim verificou-se que a companhia se encontra em um estágio bem promissor na implementação da gestão sustentável, tendo como parâmetro o ISE e TBL.

Diante das análises feitas, em caráter contínuo de execuções de projetos e programas sustentáveis, pode-se observar que pelo menos os dois programas de base legal têm gerado resultados significativos à população mais vulnerável da região em qual





a concessionária está instalada. No entanto, em comparação com os resultados alcançados pela empresa, o investimento em projetos sustentáveis ainda é baixo, sugere-se uma revisão mais aprofundada sobre a implementação de novos projetos ou programas de fluxo contínuo que atendam não só as demandas de pessoas em estado de vulnerabilidade, mas também que proporcione aos outros públicos o atendimento de novas demandas sociais, ambientais e econômicas.

Com base na análise dos relatórios, constatou-se que apesar da organização ter como foco principal o desenvolvimento econômico e financeiro, as ações sustentáveis não deixam de ser implementadas e aprimoradas, apesar da obrigatoriedade legal. Essas questões, auxiliam na definição dos objetivos dando a organização maior visibilidade entre seus clientes e fornecedores a fim de alcançar suas metas junto ao desenvolvimento sustentável, contribuindo para redução das desigualdades socioeconômicas.

Com base na pesquisa realizada, conclui-se que a empresa tem executado ações sustentáveis de modo contínuo, seja por obrigatoriedade legal ou não, porém em comparação com os resultados financeiros alcançados, o investimento em programas sociais e ambientais poderia ser maior, visto que a pesquisa demonstrou que esses programas refletem diretamente nos resultados financeiros da organização. Destaca-se que objetivos foram alcançados e o tema no que se refere as ações sustentáveis das companhias, é um assunto contemporâneo e relevante para todos os *stakeholders*.

Sugere-se que futuros estudos possam analisar mais profundamente cada um dos projetos e programas de sustentabilidade das mais diversas áreas do setor elétrico, assim como, realizar diagnósticos para novos atendimentos de demanda que este tipo de concessionária poderia intervir. Conclui-se que os resultados de programas de sustentabilidade, realizados de forma contínua em formato legal ou espontâneo, podem contribuir para o aumento do número de pessoas com acesso aos serviços de energia elétrica, melhorar a qualidade de vida das famílias, promover a utilização sustentável da energia elétrica com maior nível de consciência ambiental e reduzir os impactos de





desigualdade social existentes no Brasil, principalmente, quanto a utilização dos bens de consumo que dependem de energia elétrica.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). **Regulação dos serviços de distribuição**. Disponível em: <https://aneel.gov.br/regulacao-da-distribuicao>. Acesso em: 18 de abril de 2020.

ALBUQUERQUE NETO, H. C., et al. **Os indicadores de sustentabilidade e a possibilidade de mensuração do Índice de Desenvolvimento Sustentável do município de Campina Grande–Paraíba**. Anais do XXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Rio de Janeiro: ABEPRO, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE QUÍMICA FINA. BIOTECNOLOGIA E SUAS ESPECIALIDADES (ABIFINA). **Energia e sustentabilidade: o desafio do século XXI**. Disponível em: http://www.abifina.org.br/revista_facto_materia.php?id=477. Acesso em: 16 de abril de 2020.

AZEVEDO, Tânia Cristina; DA CRUZ, Claudia Ferreira. **Evidenciação das informações de natureza socioambiental divulgadas pelas distribuidoras de energia elétrica que atuam na região nordeste do Brasil e sua relação com indicadores de desempenho empresarial**. In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2007.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial**. Editora Saraiva, 2016.

BARBIERI, José Carlos; DA SILVA, Dirceu. **Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios**. São Paulo. Rev. Adm. Mackenzie, V. 12, N. 3, Edição Especial. 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BASSETTO, Luci Inês. **A incorporação da responsabilidade social e sustentabilidade: um estudo baseado no relatório de gestão 2005 da companhia paranaense de energia-COPEL**. *Gestão & Produção*, v. 17, n. 3, p. 639-651, 2010.





BERTOLIN, Camila Magri. Análise empresarial de indicadores econômicos, financeiros e ambientais. **Tópicos em Administração Volume 31**. Belo Horizonte: Poisson, 2020.

BOVESPA. ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial. Bolsa de Valores de São Paulo. Disponível em: <http://iseb3.com.br/>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

Centrais Elétricas do Pará - CELPA. **Conheça a Empresa**. Disponível em: <http://www.empresa.com.br/conheca-a-empresa/a-empresa>. Acesso em: 3 de janeiro de 2019.

CHAVES, Andréa Bittencourt Pires; FRAZÃO, Paulo Sérgio Pamplona. **Poder público e sindicato: um olhar à privatização das centrais elétricas do Pará**. Estudos de Sociologia, v. 14, n. 26, 2009.

CREDIDIO, Fernando. **Triple Bottom Line: O tripé da sustentabilidade**. Disponível em: https://www.filantropia.org/informacao/triple_bottom_line_o_tripe_da_sustentabilidade. Acesso em: 01 de janeiro de 2019.

DA COSTA, Lucia Augusto Vilela; IGNÁCIO, Rozane Pereira. **Relação de consumo x Meio ambiente: em busca do desenvolvimento sustentável**. Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 95, 2011.

DIAS, L. S.; MARQUES, M. D. **Responsabilidade social das organizações empresariais diante do desenvolvimento sustentável**. Fórum Ambiental da Alta Paulista, v. 9, n. 110, p. 67-75, 2013.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

DOS SANTOS, M. C. **Desenvolvimento sustentável: interpretações crítico-científicas**. Universidade Estadual de Londrina, 2011.





EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). Modernização do Setor Elétrico. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/areas-de-atuacao/energia-eletrica/modernizacao-do-setor-eletrico>. Acesso em: 25 de janeiro de 2020.

ELKINGTON, John. **Partnerships from cannibals with forks**: The triple bottom line of 21st-century business. *Environmental Quality management*, v. 8, n. 1, p. 37-51, 1998.

ELKINGTON, J. **A teoria dos três pilares**. São Paulo: Makron Books, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIOVANELLI, Anderson. **Triple bottom line ou tripé da sustentabilidade**. Entrevista concedida ao site Logística Reversa, 15 jun. 2015. Disponível em: <https://logisticareversa.org/2015/06/15/triple-bottom-line-ou-tripe-da-sustentabilidade/>. Acesso em: 25 maio de 2020.

GOVERNO DO BRASIL (GOV). **Fontes de energia renováveis representam 83% da matriz elétrica brasileira**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/energia-minerais-e-combustiveis/2020/01/fontes-de-energia-renovaveis-representam-83-da-matriz-eletrica-brasileira>. Acesso em: 16 de julho de 2020.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. *Caderno de Pesquisa*, 2003, 189-206.

LIGTERINGEN, E. **Qual é a importância do relatório de sustentabilidade?** Entrevista concedida a Revista Exame, 06 jul. 2012. Disponível em: <https://exame.com/mundo/qual-e-a-importancia-dos-relatorios-de-sustentabilidade/>. Acesso em: 14 julho de 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração**: da revolução urbana à revolução digital. 2ª Edição. Atlas. 2012.





MELO, T.G.; BORGES, F.Q. **Gestão ambiental e indicadores de sustentabilidade ambiental da geração da eletricidade consumida no setor industrial do Pará.** Rev. De Administração da UNIMEP v.15, n.3, p. 95-120, 2017.

NASCIMENTO, L. F. **Gestão ambiental e sustentabilidade.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012.

PECCATIELLO, A.F.O. **Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000).** Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 24, p. 71-82, jul./dez. Editora UFPR. 2011.

PEREIRA, S.S.; CURI, R.C. **Meio Ambiente, Impacto Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Conceituações Teóricas sobre o Despertar da Consciência Ambiental.** REUNIR, v.2, n.4, p.35-57, 2012.

PIRES, Sílvia Helena Menezes. **Planejamento ambiental da expansão da oferta de energia elétrica: subsídios para a discussão de um modelo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.** Parcerias estratégicas, v. 6, n. 12, p. 160-184, 2010.

QUINTAS, J. S. **Introdução à gestão ambiental pública.** Brasília: IBAMA, 2006.

REVISTA EXAME. **Expansão do grupo equatorial.** Disponível em: <https://exame.com/noticias-sobre/Equatorial/>. Acesso em: 28 de julho de 2020.

RICO, E. M. **A responsabilidade social e empresarial e o estado uma aliança para o desenvolvimento sustentável.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.4, n. 18, p. 73-82, out. /dez. 2004.

RUPPENTHAL, J. E. **Gestão Ambiental.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Rede e-Tec Brasil, 2014.

SLAPER, Timothy F.; HALL, Tanya J. The triple bottom line: What is it and how does it work. **Indiana business review**, v. 86, n. 1, p. 4-8, 2011.





TEIXEIRA, Evimael Alves; NOSSA, Valcemiro; FUNCHAL, Bruno. O índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e os impactos no endividamento e na percepção de risco. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 22, n. 55, p. 29-44, 2011.

TERRITÓRIOS PELA PAZ (TERPAZ). **Programa de troca de geladeira contempla mais de 100 famílias no bairro da Cabanagem.** Disponível em: <http://terpaz.pa.gov.br/tags/terpaz-na-cabanagem#>. Acesso em: 16 de janeiro de 2020.

TODESCHINI, Caroline; DE MELLO, Gilmar Ribeiro. **Rentabilidade e sustentabilidade empresarial das empresas do setor de energia.** *Revista Contabilidade e Controladoria*, v. 5, n. 3, 2013.

